



Incoerência da maioria exibida na Assembleia

A propósito das mudanças da Carris

Ao passar um ano sobre as últimas eleições autárquicas, a CDU vem manifestar algumas preocupações acerca da gestão da Junta de Freguesia do Coração de Jesus, da respon-

sabilidade de uma maioria absoluta negociada entre PSD e CDS-PP.

Majorias absolutas problemas por resolver

Na freguesia, como no município, estão há um ano majorias absolutas, fruto dos acordos pós-eleitorais entre o PSD, que preside, e o CDS-PP. Mas isso não se tem reflectido numa melhor resolução dos problemas do Coração de Jesus.

O edificado continua a apresentar os mesmos sinais de ruína, com casos especialmente graves, como o edifício situado junto do viaduto da Avenida Duque de Loulé, sobre a Rua de Santa Marta, que há meses ameaça a segurança de moradores e passantes, resguardados apenas por umas grades que a Polícia Municipal por ali colocou.

O estacionamento continua a ser totalmente anárquico, abusando-se das segundas filas e do estacionamento em locais proibidos, o que continua a prejudicar o trânsito e a circulação confortável e segura dos peões.

O ambiente e a higiene na freguesia continuam muito degradados, o que é agravado pelo constante desrespeito das regras de recolha selectiva, aplicadas em algumas zonas da freguesia. A introdução deste novo sistema não foi sustentada numa verdadeira sensibilização, remetendo-se a responsabilidade do esclarecimento de dúvidas para os próprios fregueses, que teriam de se deslocar à Junta, ao invés de a Junta vir até eles com as informações necessárias.

O executivo em funções continua a promover o afastamento dos moradores em relação aos assuntos da freguesia. Por um lado, a informação prestada é escassa e irregular, não sendo aproveitadas as potencialidades do boletim da Junta. Também não são desenvolvidas outras formas de eficaz comunicações com os moradores e de estímulo à sua participação na vida da autarquia. E mesmo os compromissos, assumidos pelo PSD nas eleições, de disponibilizar serviços da Junta na Internet e de criar um espaço multimédia de acesso livre apenas serviram para embelezar o pouco texto do seu programa eleitoral.

De entre os vários problemas da freguesia que continuam sem solução, há uma questão que toca não só aos nossos fregueses, como também à população de Lisboa no seu todo – a reformulação da rede da Carris.

Esta reformulação foi condenada pela Câmara Municipal de Lisboa, por unanimidade, a 14 de Julho, e pela Assembleia Municipal, em 26 de Setembro, com os votos contra do Partido Socialista. Paralelamente, as juntas de freguesia têm vindo a manifestar o seu desacordo perante este ataque ao serviço público que a Carris deve prestar aos lisboetas.

Em notícia do jornal «Público», de 15 de Setembro, pudemos mesmo ler as declarações de Filipa Ferreira, vogal da Junta de Freguesia do Coração de Jesus, condenando a forma como a Carris ignorou as juntas de freguesia neste processo e realçando a necessidade de se avançar com nova proposta, que sirva melhor os interesses da população. Isto ocorria então num quadro de contestação concertada com outras 14 juntas.

Contudo, quando a questão foi abordada formalmente, na última Assembleia de Freguesia do Coração de Jesus, e se pôs à votação uma moção apresentada pelo eleito do PCP, que reiterava o desagrado pelas alterações decididas pela transportadora, registámos com espanto que esta iniciativa foi reprovada pela maioria PSD/CDS-PP, a qual assumiu assim uma posição contrária à manifestada publicamente, demonstrando portanto total incoerência. Um dos membros do executivo manifestou-se mesmo em sentido contrário à posição oficial da Junta.

Com a direita votaram também três dos quatro eleitos do PS.

Acrescente-se que um dos eleitos da maioria (cujo sentido de responsabilidade deveria ser mais elevado, já que até é dirigente do Grupo Desportivo Os Lancias, importante colectividade da freguesia) acabou por exprimir-se em termos indignos, realçando que as medidas da Carris não o preocupam, uma vez que não afectam a sua vida pessoal! Sintomático.

A população do Coração de Jesus deve empenhar-se na exigência de melhores transportes colectivos na cidade de Lisboa, face às contradições patentes na maioria que governa a freguesia.

Rejeitamos a redução das pensões

A «reforma» da Segurança Social, que o Governo propôs e as associações patronais já aceitaram, mas que ainda tem que ser aprovada no Parlamento, impõe uma redução gradual do valor de todas as pensões, já a partir de 2008.

A sustentabilidade da Segurança Social não é o verdadeiro objectivo desta «reforma». O Governo prefere cortar o valor das pensões e limitar o acesso a outras prestações, em vez de tomar medidas para um consistente aumento das receitas.

Uma estimativa do aumento da esperança de vida serve ao Governo para definir um «factor de sustentabilidade», que é aplicado ao valor de cada pensão e, ao longo dos anos, provoca uma progressiva redução dos rendimentos dos pensionistas. As perdas começam por ser de 4,4 por cento, para quem tem hoje 63 anos, e ultrapassam os 18 por cento, para quem hoje tem 23 anos.

Para minorar estes cortes, o Governo dá duas hipóteses: ou

trabalhar para além dos 65 anos (aumento da idade de reforma), ou recorrer a poupanças em sistemas complementares (sabe-se quanto se desconta, mas não se sabe quanto se vai receber).

Nenhum sacrifício é exigido às grandes empresas, que pagam

para a Segurança Social uma parcela cada vez menor dos seus elevados lucros.

São necessárias medidas para aumentar as receitas da Segurança Social, para combater a fraude e a evasão e para garantir uma maior justiça, assegurando a sustentabilidade do sistema e permitindo aumentar as pensões mais baixas.

Para tal, o PCP defende uma mudança da política, que ponha termo à estagnação económica, combata o desemprego e a precariedade, propicie o aumento real dos salários da grande maioria dos trabalhadores.

Na Assembleia da República, o PCP propôs duas medidas concretas, para aumentar as receitas da Segurança Social:

- que seja criado um imposto extraordinário, no valor de 0,25 por cento, sobre as transacções na Bolsa;

- que as grandes empresas, com lucros anuais superiores a 500 mil euros, façam os descontos para a Segurança Social também com base nestes lucros.



POR SAÚDE PARA TODOS

Não às taxas limitadoras

As novas taxas moderadoras que o Governo quer introduzir, a par do aumento das que já vigoram, fazem parte de uma política que promove a substituição do Estado, na Saúde, pelos grupos privados.

As taxas moderadoras não cumprem qualquer função de "moderação" do acesso aos cuidados de saúde. São, isso sim, uma limitação económica do direito à saúde para um número cada vez maior de portugueses. Já hoje pagamos do nosso bolso perto de 40 por cento da despesa total em Saúde, uma parcela que é das mais elevadas da Europa.

O Estado tem a obrigação constitucional de garantir, em igualdade, o acesso de todos os cidadãos aos serviços de saúde, independentemente das suas condições socioeconómicas. São notórias as contradições entre a política de

encerramento de serviços de cuidados primários de saúde e o anunciado objectivo de "moderar" o acesso abusivo às urgências hospitalares.

No quadro do Serviço Nacional de Saúde público e com acesso gratuito aos cuidados de saúde, só se pode sustentar a "corrida" aos hospitais com uma aposta decisiva nos cuidados primários, na prevenção da doença e na cobertura de toda a população com médicos e enfermeiros de família.

O financiamento do SNS deve fazer-se através dos impostos, com uma maior justiça fiscal, nomeadamente cobrando mais impostos àqueles que mais rendimentos têm e cujos lucros aumentam exponencialmente de ano para ano.

